

SEMINARIO INTERNACIONAL EN CULTURA DE LA LEGALIDAD: “LOS DESAFÍOS DEL ESTADO DE DERECHO EN EL SIGLO XXI”

El Seminario Internacional en Cultura de la Legalidad: “Los Desafíos del Estado de Derecho” ha sido organizado por el **Grupo de Investigación sobre el Derecho y la Justicia** (GIDYJ) de la Universidad Carlos III de Madrid, en el marco de las actividades del proyecto [New Trust-cm Programa Interuniversitario en Cultura de la Legalidad](#) (S2015/HUM-3466) financiado por la Consejería de Educación, Juventud y Deporte de la Comunidad de Madrid.

El programa completo del Seminario está disponible en www.derechoyjusticia.net

Las **comunicaciones** aquí recogidas fueron presentadas el día 13 de febrero de 2017 con motivo del I Seminario Internacional en Cultura de la Legalidad: “Los desafíos del Estado de Derecho en el siglo XXI”, celebrado en el campus de Getafe de la Universidad Carlos de Madrid bajo la dirección de María José Fariñas Dulce.

Las comunicaciones están disponibles en: <https://hdl.handle.net/10016/25562>



Esta obra se encuentra sujeta a la licencia Creative Commons
Reconocimiento – NoComercial – SinObraDerivada

O CIDADÃO E A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

THE CITIZEN AND DEMOCRACY-BUILDING IN BRAZIL

Rafael Freire Ferreira

Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa

Especialista em Direito Público Material pela Universidade Gama Filho

RESUMO

As notícias da crise política brasileira ecoam em todo o mundo, mas para seu povo tem proporcionado consequências desastrosas, sobretudo no sucateamento dos serviços públicos e na ineficácia da efetivação dos direitos sociais estatuídos na atual Constituição Federal. Essa instabilidade política tem se revelado uma verdadeira guerra entre os três poderes da República, que no afã de defender interesses de classe ou pessoais, inclusive para acobertamento de ilicitudes, utiliza o povo como massa de manobra para legitimar seus atos, não permitindo efetivamente a participação do cidadão nos processos democráticos, mas tão somente o conduzindo a executar uma pressão popular em prol do sistema institucional subversivo. Ante ao cenário de promiscuidade política, urge mecanismos efetivos de combate a corrupção, a inserção de formas diretas de participação popular na iniciante democracia do Brasil, além da consolidação da democracia brasileira e concretização da justiça constitucional e social, através o fiel cumprimento do texto jurídico maior, cabendo ao Supremo Tribunal Federal uma interpretação equilibrada, sem invencionismos ativistas, para devolver a legitimidade e estabilidade das instituições democráticas brasileiras.

Palavras chave: Política. Separação dos Poderes. Democracia.

ABSTRACT

The news of the Brazilian political crisis echoes around the world, but for its people it has given disastrous consequences, especially in the scrapping of public policies and ineffective social rights established in the current Federal Constitution. This political instability has turned out to be a real war between the three powers of the Republic, which, in an effort to defend class or personal interests, including the cover-up of illicit acts, uses the people as a maneuver to legitimize their actions, effectively preventing participation Of the citizen in

democratic processes, but only leading him to execute popular pressure on behalf of the subversive institutional system. Faced with the scenario of political promiscuity, it urges effective mechanisms to combat corruption, insertion of direct forms of popular participation in the beginnings of democracy in Brazil, as well as the consolidation of Brazilian democracy and concretization of constitutional justice, through the faithful compliance with the larger legal text, And the Federal Supreme Court has a balanced interpretation, without activist inventions, to restore the legitimacy and stability of Brazilian democratic institutions.

Keywords: Politics. Separation of Powers. Democracy.

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	3
2. O CIDADÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL.....	4
3. A SEPARAÇÃO DOS PODERES DA REPÚBLICA.....	8
4. O CIDADÃO UTILIZADO COMO MASSA DE MANOBRA POLÍTICA	12
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	17

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Constituição Federal de 1988 elevou o povo brasileiro à razão de ser do Estado, como não poderia deixar de ser. Logo em seu início deixa claro que a finalidade única política e jurídica é o bem de todos. Essa determinação é facilmente vislumbrada ao longo do artigo primeiro, que elegeu a República (coisa pública) como forma de governo, a Democracia (governo do povo) como regime político, elencou a Dignidade da Pessoa Humana (inciso III) como fundamento da República e reconheceu que todo o poder emana do povo (parágrafo único).

A ideia deste regime político é que todos os cidadãos tenham participação igualitária (sufrágio universal) nos processos decisórios do país, no Brasil se resume na escolha dos representantes (democracia indireta) e na participação popular no processo legislativo, através da iniciativa de lei, do referendo e do plebiscito.

Estes três últimos citados foram erroneamente inseridos no rol dos institutos da democracia direta pelos nossos legisladores constituintes de 1988, entretanto, tratam-se claramente de institutos da democracia semidireta, afinal não há decisão popular genuína sem interferência do Congresso Nacional.

A busca por um Estado verdadeiramente democrático é constante, mas a aspiração da supremacia popular deve se aliar as instituições estatais em consonância com essa afirmação.

Para Aristóteles (2007) o artesão não deveria ser cidadão, pois este deve ter a virtude política de mando e obediência (livro III). E que a igualdade e a liberdade só poderiam ser consideradas a essência da democracia se os cidadãos gozassem da mais perfeita igualdade política (livro VI).

Platão (2000), por sua vez, afirmara que a democracia tende a se hipertrofiar, devido à incapacidade do cidadão em escolher o melhor representante.

Diversos pensadores, além dos citados, a exemplo de Rousseau que era cético em relação à democracia, mas influenciou largamente na sua ideia, contribuíram para o conceito atual desse regime governamental, por óbvio que as revoluções sócio-políticas foram determinantes para a acepção democrática atual, notadamente as multicitadas Revoluções Inglesa, Americana e Francesa, que puseram em pauta a luta contra o absolutismo, contribuindo para afirmação dos direitos dos indivíduos.

Dallari impõe como pontos fundamentais para um Estado Democrático a supremacia da vontade popular, a preservação da liberdade e a igualdade de direitos (2012, p. 150).

Ante estas elucubrações propedêuticas, parece-nos que o Brasil vivencia uma democracia infanto-juvenil em um processo lento de amadurecimento.

É possível levantar tal questionamento diante de uma maioria da população que se demonstra despreparada para escolher seus governantes, diante de noticiados casos de manipulação da opinião pública e processos de convencimento através da política coronelista e clientelista.

Não o bastante, o festejado sistema de freios e contrapesos idealizado por Montesquieu (2010), embora inicialmente idealizado para equacionar a atuação dos poderes políticos, no Brasil, serve de uma teia de relacionamentos pautados na manutenção de poder, contrariando a ideia da periodicidade e renovabilidade proposta pelo ideal democrático e republicano e, acima de tudo isso, contrariando ainda a obrigatoriedade de fiscalização mútua entre os três poderes da República.

Como explanado, a governabilidade no vigente presidencialismo de coalizão requer renovação de alianças durante o mandato, as quais, longe de atender plenamente as necessidades públicas, beneficiam somente interesses setoriais, fato que contribui não só para inviabilizar a criação de políticas públicas globais e coerentes, como também para colorir um cenário ideal para a proliferação da corrupção e do clientelismo.

Esse cenário somado ao lamentável quadro de injustiça social torna complicada a emancipação pessoal e política dos indivíduos, mitigando a capacidade da participação popular livre e consciente.

Em suma, o clientelismo é o recurso estratégico da atual política brasileira que atua diante de uma agenda imposta, o que é determinante para a relação entre os poderes da República e responsável, em grande parte, pela fragilidade da democracia nacional.

2. O CIDADÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL

A participação do cidadão brasileiro no processo democrático, contraditoriamente, tem se resumido às eleições para escolha de representantes municipais, estaduais, distritais e federais de dois em dois anos.

Habermas (1993, p. 386) profetizou este momento ao polemizar o ideal de liberdade política e genuína participação do cidadão nas decisões do Estado e alertara que o interesse político se resumiria em mero fetiche.

Nos pleitos eleitorais é de fácil percepção que os eleitores deixaram de ser o titular do poder (CF, artigo 1º, parágrafo único) para se tornarem clientes de um jogo com ‘cartas marcadas’, transformando-se os políticos, em verdadeiros mercadores, neste emaranhado, o

povo, em sua maioria, deixa de ter a verdadeira liberdade política e o voto deixa de ser verdadeiramente livre e consciente.

Segundo Mendes e Branco (2007, p. 376), a dignidade da pessoa humana é formada pelos elementos essenciais da liberdade e da igualdade, sendo um fundamento do Estado Democrático de Direito e o ápice dos direitos fundamentais (*apud*, FERREIRA, 2016, p. 29).

Diante de uma política clientelista que mantém grande parte do seu povo em condições subumanas não se pode vislumbrar uma democracia sadia, como alerta Ferreira (2016, p. 38): “*Uma sociedade pautada nos valores democráticos tem a dignidade da pessoa humana como centro da ordem jurídica e os direitos fundamentais legitimam esse sistema jurídico*”.

Inevitavelmente a democracia envolve as condições sociais, econômicas e culturais dos indivíduos, pois só a partir de condições dignas e de um mínimo existencial se observará o seu livre e consciente exercício, trata-se de autodeterminação política que depende do empoderamento político e social.

Jesus Junior e Ferreira (2016, p. 107) afirmam:

Definir empoderamento é aproximar-se dos conceitos de democracia e autonomia. Pessoas empoderadas fortalecem, organizam e, conseqüentemente, tornam suas comunidades mais responsáveis, enquanto grupo que detém uma função social.

O pensamento até aqui desenvolvido é destacado por Habermas (1983, p. 376):

Não se leva em consideração que a democracia trabalha a favor da autodeterminação da humanidade e que, nesse sentido, participação política e autodeterminação coincidem. O importante, portanto, é saber se a participação política promove ou não o desenvolvimento de tendências democráticas. Deve-se considerar que a participação política, além de ser um produto, é também um elemento propulsor do difícil e incerto caminho da humanidade em direção à sua própria emancipação. Com isto, evita-se o perigo de tratá-la como um fator que, ao lado de outros, garantem o equilíbrio do sistema e de reduzir democracia a simples regras de um jogo.

Para além da democracia indireta onde se escolhe representantes eleitos pelo voto direto, outros três institutos da democracia semidireta estão postos à disposição do cidadão brasileiro, que se passa a expor.

O plebiscito constitui-se em uma consulta pública, na qual o cidadão delibera, através do voto e por maioria simples, alguma questão política ou institucional de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou constitucional (art. 2º, Lei 9709/1998).

Esta consulta é convocada antes da produção do ato legislativo ou administrativo (art. 2º, § 1º, Lei 9709/1998).

O referendo possui as mesmas bases conceituais do plebiscito, porém é convocado após o ato legislativo ou administrativo, cabendo ao cidadão aprovar ou rejeitar aquilo que lhe foi submetido (art. 2º, § 2º, Lei 9709/1998).

A convocação do cidadão à deliberação nestes dois institutos conceituados é realizada mediante decreto legislativo, por proposta de no mínimo um terço dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional (art. 3º, Lei 9709/1998).

Por sua vez, a iniciativa popular consiste na proposta de lei advinda do povo, com conteúdo de apenas um assunto, que será apresentada a Casa Iniciadora (Câmara dos Deputados) com a subscrição de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, com eleitores de pelo menos cinco Estados federados, sendo que, em cada Estado não deve conter menos de três décimos por centos desses eleitores subscritos (art. 13, Lei 9709/1998).

Percebe-se a partir desta explanação, que se trata de institutos da democracia semidireta, não da democracia direta como erroneamente denominou o constituinte de 1988.

Afinal, o cidadão não tem a oportunidade de tomar decisões diretas sem intervenção do legislativo, pois nos dois primeiros institutos verificou-se que é discricionário ao legislativo convocá-los ou não e no último instituto, preenchidos os requisitos de recebimento da proposta, não há qualquer garantia de aprovação da mesma pelo Congresso Nacional.

Há outros dois institutos da democracia semidireta que poderia contribuir para a evolução da democracia brasileira, acaso fossem inseridos na Constituição Federal, quais sejam, o recall e o veto popular.

O recall é de origem norte-americana e se subdivide em político e judicial. O político tem o objetivo de revogar uma eleição e o reformador tem o objetivo de reformar uma decisão judicial sobre constitucionalidade de lei (DALLARI, 2012, p.155).

Esse instituto é muito interessante, pois o próprio eleitor (em grupo) pode requerer a consulta ao eleitorado nacional. Independentemente da boa vontade ou coragem de algum dos poderes da República.

No ano de 2016 o Brasil experimentou mais um processo de impeachment, percebeu-se claramente naquele momento histórico uma manobra política alheia a opinião pública, talvez, existindo o instrumento do recall e tendo sido dado ao povo o direito de decidir, poderia ter outro resultado no comando do Executivo Federal.

Neste mesmo procedimento impeditivo de mandato, houve uma forte polêmica quando o Senado Federal resolveu ‘fatiar’ o julgamento da então Presidente Dilma, quando julgou a perda da função e a suspensão dos direitos políticos separadamente, contrariando a determinação constitucional de perda do cargo com inabilitação por oito anos (CF, art. 52, parágrafo único).

Considerando este fato específico, o recall político permitiria ao povo brasileiro a revogação do mandato diretamente, que hoje é irrevogável. E no caso do fatiamento do julgamento, que ainda não foi apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, mas que negou as liminares contra, em caso de confirmação pelo órgão máximo judiciário, poderia haver o recall judicial.

Tal instituto permitiria o povo tomar suas próprias decisões e não se ver atado diante de manobras políticas.

Quanto ao veto popular, é um instituto que visa vetar um projeto de lei, possibilidade hoje só concedida ao Presidente da República. Nesses casos a lei não entra em vigor enquanto não se esgota o prazo para que certo número de eleitores requeira o veto, uma vez requerido, a lei ficará suspensa até as próximas eleições quando os cidadãos terão a oportunidade de decidir se a lei deve ser posta ou não em vigor (DALLARI, 2012, p.155).

Mais um instituto que permitiria a participação ativa do cidadão nas decisões importantes do país. Quanto mais decisões se colocam nas mãos do povo, mais fortalecida fica a democracia, a crescente da participação popular é certamente saudável para a sociedade.

Contudo, inevitavelmente, para um amadurecimento salutar do processo democrático, não se pode descurar da autodeterminação individual como explicitado no início deste tópico, para isso, depende de um honesto investimento em direitos sociais, sobretudo na educação.

De outro modo, o cidadão que lhe falta o mínimo existencial, suportará uma grande dificuldade em compreender o contexto sociopolítico em que se encontra e não conseguirá exercer genuinamente a sua liberdade política.

Essa desigualdade social exclui grande parte dos indivíduos do espaço público, não o oportunizando o autodesenvolvimento e os afastando das decisões políticas relevantes, o que afeta diretamente a dignidade da pessoa humana e compromete o processo democrático por deliberações manipuladas por aqueles que têm mais poder de convencimento.

Apesar de ser um fator limitador, a educação não pode ser um fator de afastamento político, senão estar-se-á colaborando para a nefasta política clientelista que está posta.

Bobbio (1986, p. 31) dissertou nesse sentido ao falar do cidadão não educado:

A sexta promessa não cumprida diz respeito à educação para a cidadania. Nos dois últimos séculos, nos discursos apologéticos sobre a democracia, jamais esteve ausente o argumento segundo o qual o único modo de fazer com que um súdito transforme-se em cidadão é o de lhe atribuir aqueles direitos que os escritores de direito público do século passado tinham chamado de *activae civitatis*, com isso, a educação para a democracia surgiria no próprio exercício da prática democrática.

O ideal de educação para a democracia tão exaltado nos programas governamentais é totalmente ineficaz deixando o soberano (o povo) sem a formação política necessária.

Valendo-se advertir, por oportuno, que tal formação política reclama um tratamento isento e imparcial, de modo a apresentar os diversos prismas político-ideológicos com imparcialidade, para que, ao invés de se tornar unidimensional/unipartidária e igualmente servidora de desígnios clientelistas, possa efetivamente fornecer aos cidadãos ferramentas de identificação das relações políticas espúrias, a exemplo da violação das competências constitucionais dos poderes da república e da exacerbação da legitimidade democrática, conforme se verá a seguir.

3. A SEPARAÇÃO DOS PODERES DA REPÚBLICA

A separação harmônica e independente dos poderes executivo, legislativo e judiciário é um princípio fundamental e estruturante da nossa *res publica* como herança de Montesquieu (ou mais remotamente Aristóteles) ao idealizar um governo distanciado da tirania, sendo, portanto, essencial ao Estado democrático de direito.

Não há como se falar em democracia se os três poderes não guardarem este princípio separativo entre si, assim observar-se-á o cerceamento da liberdade do povo, que ficará comprometida a partir de decisões arbitrárias e parciais.

No atual cenário político brasileiro, percebe-se com maior clareza que os acordos políticos escusos se tornaram uma prática utilizada em larga e escala e como fator de governabilidade, como já há algum tempo denunciara Skidmore (*apud* PRADO, 1994, preâmbulo) quando afirmou que o Brasil se tornaria ingovernável, sobretudo por ter adotado na Constituição Federal de 1988 o sistema de governo presidencialista, conquanto tenha atribuído ao Legislativo Federal competências peculiares aos sistemas parlamentaristas.

O caminho deveria ser inverso, pois a independência dos poderes deveria conduzir para a liberdade política e equilíbrio entre as instituições, com um poder sendo limitado pelo poder do outro, como forma de garantir um propulsor natural da governabilidade.

Contudo, o sistema brasileiro se conduziu ao entrelaçamento dos poderes. A relação entre o executivo e o legislativo se encontra na condição de patrocínio aliado ao cumprimento de uma agenda comum, decorrente, segundo Martuscelli (2010), do fato de que no presidencialismo de coalizão, muito embora tenha sido concebido no Brasil como alternativa democrática, tornou o Executivo refém do Legislativo, porquanto sem base de apoio político no Legislativo não se afigura possível a implementação de políticas governamentais.

Nesse diapasão, segundo Abranches (1988, pp. 3-55), para fins de governabilidade e de manutenção no poder, a criação de uma base de apoio político ocorre paulatinamente e de modo provisório, tendo três eventos de destaque: “constituição da aliança eleitoral”, onde há o nascimento da aliança; a “constituição do governo”, momento em que se fixam a distribuição de cargos e os acertos da base política e a “transformação da aliança em coalizão efetivamente governante”, que se refere propriamente ao processo de implantação das políticas governamentais.

Criada a base partidária, de acordo com Figueiredo e Limongi (2001, p. 23), com a maioria reunida por uma coalizão partidária pura e simples, passa o Executivo a ter maior influência nas matérias submetidas ao Congresso Nacional e, ao mesmo tempo, ser influenciado pelo Legislativo no preenchimento de cargos e na alocação de recursos.

Esse conjunto de fatores, segundo Poulantzas (1971), na prática traduz a existência de um único poder e a negação da separação dos Poderes, porquanto o Estado estaria como um bloco de poder autocomprometido internamente, invisibilizando e retirando de si mesmo, por via oblíqua, a legitimidade do poder conferido pelo povo através do voto (ABRANCHES, 1988).

Nesse passo, percebe-se, pois, que o presidencialismo de coalizão, por envolver no Brasil uma relação inadequada entre Poderes, para atender a interesses de uma política clientelistas, tanto o Executivo e Legislativo acabam cedendo às pressões das alianças políticas formadas, situação que além de esvaziar significativamente o ideal da representatividade democrática, imaginada com o voto direto dos cidadãos em seus representantes, também reclama, inegavelmente, a ampliação da participação popular nas tomadas de decisões atinentes ao interesse público, como foi tratado ao se discutir sobre a democracia participativa neste ensaio científico.

Dessa conjuntura de patronato nasce à proteção mútua, a garantia de um auxílio político, os favorecimentos e apadrinhamentos, basta observar a disputa dos parlamentares por cargos no executivo e pela liberação de verbas para seus projetos.

Percebe-se a fragilidade da distribuição das competências na Constituição Federal brasileira em várias passagens, além das críticas já formuladas, pode-se inferir uma ingerência de um poder sobre o outro que descaracteriza o princípio da separação, como exemplo a da determinação do chefe do Executivo Federal em nomear (CF/88, art. 84, XIV) os ministros da mais alta corte judiciária do Brasil.

Em decorrência desta atribuição constitucional se constata uma corte composta por Ministros que em seu currículo não tem outra atividade a não ser a dedicada à advocacia partidária, chegando-se ao absurdo de se ter uma corte quase em sua totalidade compostas por ministros nomeados pelo mesmo partido político.

Inevitável que não se gere em algum momento uma vinculação inapropriada entre o executivo e o judiciário que possa comprometer a independência dos poderes ou mesmo a imparcialidade do julgador.

Neste mister, Harada defende que não deve existir excesso de harmonia ou desarmonia constante entre poderes e que deveriam ser adotados critérios mais objetivos na escolha dos ministros do STF, tornando-a mais impessoal (2006, p.28).

Outro fator que eleva o executivo a uma condição de supremacia em relação aos demais é seu poder legiferante, nomeadamente sua participação no processo legislativo editando medidas provisórias (CF/88, art. 62), que invariavelmente tem sido utilizada pelos Presidentes da República, acarretando uma flagrante usurpação do poder legislativo.

É como se posicionou o Ministro do STF Celso de Melo (*apud* BONAVIDES, 2004 p.130):

No plano institucional brasileiro, o aspecto de suma gravidade que tem me preocupado nestes últimos dois anos é a apropriação institucional pela Presidência da República de poderes legislativos, transformando as medidas provisórias em meio de legislação usado ordinariamente, quando a constituição, ao definir essa forma excepcional de legislação, estabeleceu que só pode ser usada em caráter extraordinário. [...] Esse poder institucional gera grave distorção: desloca o eixo da elaboração de leis para o Executivo, quando ela é uma função clássica, típica, natural do Legislativo. O Presidente da República se transformou no grande legislador do país. Essa sua compulsão legislativa fez o Brasil viver sob o signo do efêmero, porque as medidas provisórias serem provisórias, introduzem um elemento normativo instável. Essa distorção institucional afeta e compromete o princípio da separação dos Poderes, uma das cláusulas pétreas, a alma da nossa Constituição.

O fato é que esse contexto político enfraquece a democracia representativa e não auxilia na governabilidade, não só pela adinamia das organizações estatais, mas também pela anemia dos partidos políticos que agem em cumprimento da agenda aqui já mencionada em prol da política clientelista, sem qualquer consistência ideológica na sua atuação.

Cambi (2011, p. 185-186) aponta alguns fatores preponderantes para a crise da democracia representativa:

As novas fronteiras entre o Executivo e o Legislativo, aliadas às falhas no processo eleitoral, às críticas ao sistema majoritário e proporcional, à ausência de fidelidade partidária [...], ao voto obrigatório, à corrupção e à impunidade dos governantes, contribuem para a crise da democracia representativa, com desinteresse da população pela política e o enorme descrédito das instituições.

A não atuação independente e harmônica dos poderes da República tem tudo haver com este enfraquecimento da democracia. Pois para legitimar seus atos, o cidadão acaba sendo utilizado como massa de manobra, como discorrido no tópico 4 (quatro).

Daí decorre a periculosidade. O enfraquecimento da democracia representativa aliada à conjugação de interesses entre os três poderes pode acarretar em um convencimento da maioria da população de que a democracia não seria o melhor regime de governo, conduzindo o cenário político para outras formas, sistemas e regimes de governo, quiçá com o retrocesso político para situações já experimentadas nas quais um despótico ilude o eleitorado para um radicalismo como única forma de solução para o caos.

Há que ser considerada ainda, a profissionalização da política, o Executivo que só permite uma reeleição consecutiva, mas libera o retorno posterior para novo mandato e a reeleição ilimitada do Legislativo, com isso não se verifica uma renovação da representação a contento, como personagens que se encontram há anos exercendo seus mandatos políticos (muitas vezes hereditários), tudo isso faz imperar os interesses privados e a atuação em prol da manutenção do poder, contribuindo para deterioração da democracia representativa.

Para ratificar essa visão implementada observe as palavras Martins (2006, p. 189-193):

O estudo do “poder” tem demonstrado que ele está na natureza de todas as formas de vida. [...] A característica fundamental, no exercício do poder pelo homem, é que sua razão oferta variações de conduta que outras espécies desconhecem, visto que estas reproduzem, há milhões e milhões de anos, as mesmas formas estilizadas na composição grupal e na liderança dos chefes. Nem por isto, as alternativas comportamentais escondem sua característica dominante, qual seja, a de que a natureza humana no poder não é confiável. Os 6.000 anos de história narrada demonstram a fragilidade dessa natureza sempre que o poder é assumido sem controle, assim como a infindável lista de lutas fratricidas e entre elites para a assunção dos governos nos diversos espaços geográficos e nos diversos períodos permite verificar que o homem visualiza o poder como forma de realização pessoal, [...]. Confúcio, por exemplo, a fim de combater o despotismo dos governantes, entendeu que a criação de uma classe intelectual, mais amante do saber que das riquezas, terminaria por tornar o

exercício do poder racional e destinado ao bem do povo, sobre representar sólido suporte aos senhores reinantes. Foi, de rigor, o pai da burocracia. A experiência chinesa, todavia, demonstrou que a maior cultura no poder não representa maiores ideais e que o vício inerente à corrupção está na própria natureza decaída do homem. [...] Toda a teoria da separação dos poderes reside neste diagnóstico desconsolado do filósofo francês, que pretendeu com a tripartição conseguir que os poderes, se autocontrolando, reduzissem a inata tendência do ser humano de com eles se identificar, passando a exercê-lo de forma abusiva em relação aos governados.

Assim, em concordância com a ideia até aqui desenvolvida, a teoria da separação dos poderes presume a estabilidade entre o executivo, o legislativo e o judiciário, com controle mútuo e efetivo, e harmonia para a promoção do Estado Democrático de Direito.

4. O CIDADÃO UTILIZADO COMO MASSA DE MANOBRA POLÍTICA

Quando o cidadão participa das decisões políticas dá-se o nome de democracia participativa, que também é uma forma de exercer o poder constitucionalmente conferido ao povo.

Essa forma de participação está diretamente ligada ao fortalecimento da democracia, sobretudo quando se depara com o suposto fracasso da democracia representativa, pois o exercício daquela fortaleceria a atuação desta, uma vez que os representantes não conseguem ou não tem o interesse de identificar e atender as reais necessidades da população.

Nada melhor do que uma retomada dos espaços públicos por seu verdadeiro titular, não só para que as pessoas tomem o controle das suas próprias vidas, mas também participem dos processos decisórios da sua comunidade, tornando-se autônomos, empoderados, emancipando-se individualmente para uma conquista da emancipação coletiva (JESUS JUNIOR e FERREIRA, 2016, p. 107).

Percebe-se então, que a democracia participativa não desfigura a democracia representativa, mas a fortalece. Como define Lambertucci (2009, p. 71):

A participação social [...] amplia e fortalece a democracia, contribui para a cultura da paz, do diálogo e da coesão social e é a espinha dorsal do desenvolvimento social, da equidade e da justiça. Acreditamos que a democracia participativa revela-se um excelente método para enfrentar e resolver problemas fundamentais da sociedade brasileira.

Além dos instrumentos da democracia participativa (semidireta) já citados (plebiscito, referendo, iniciativa popular, recall e veto popular), há aqueles que não dependem de qualquer intervenção legislativa e proporciona ao povo discutir e legitimar assuntos de grande relevância em níveis locais, como as audiências públicas, os conselhos municipais,

os orçamentos participativos, as associações de bairros, enfim, todas as formas de participação do povo nas tomadas de decisões e implementação das políticas públicas.

Entretanto estes canais de relacionamento entre o governo e a sociedade encontram sérias resistências e entraves, principalmente no que se refere às administrações municipais, que via de regra “domina” os conselhos e as associações, utilizando daqueles espaços para cumprimento da sua agenda clientelista, com pessoas colocadas estrategicamente, que tenham forte penetração na comunidade, para conduzir seus misteres.

Soma-se a isso o desinteresse de grande parte da população por está desacreditada no cenário político vigente.

Para além da apatia latente, Bobbio (apud NASSUNO, 2006, p. 173-174) aponta a especialidade, a burocracia e a lentidão dos processos como dificuldades desse processo democrático:

O primeiro obstáculo diz respeito ao aumento da necessidade de competências técnicas que exigem especialistas para a solução de problemas públicos, com o desenvolvimento de uma economia regulada e planificada. A necessidade do especialista impossibilita que a solução possa vir a ser encontrada pelo cidadão comum. Não se aplica mais a hipótese democrática de que todos podem decidir a respeito de tudo. O segundo obstáculo refere-se ao crescimento da burocracia, um aparato de poder ordenado hierarquicamente de cima para baixo, em direção, portanto, completamente oposta ao sistema de poder burocrático. Apesar de terem características contraditórias, o desenvolvimento da burocracia é, em parte, decorrente do desenvolvimento da democracia [...] O terceiro obstáculo traduz uma tensão intrínseca à própria democracia. À medida que o processo de democratização evoluiu promovendo a emancipação da sociedade civil, aumentou a quantidade de demandas dirigidas ao Estado gerando a necessidade de fazer opções que resultam em descontentamento pelo não atendimento ou pelo atendimento não satisfatório. Existe, como agravante, o fato de que os procedimentos de resposta do sistema político são lentos relativamente à rapidez com que novas demandas são dirigidas ao governo.

Quanto aos citados grupos da sociedade civil organizada de auxílio à democracia participativa (ex.: conselhos municipais, associações, organizações não governamentais, associações de bairro, etc.), os governantes entenderam que para manutenção da política clientelista precisaria se inserir disfarçadamente nestes grupos. Esta afirmação foi facilmente identificada nas manifestações pró e contra o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Naquela oportunidade percebiam-se de um lado os ativistas contra o impeachment, claramente partidários e militantes políticos, beirando o fanatismo, mormente a cegueira

em não acreditar na corrupção que assolara seu partido político. Doutro lado um grupo de pessoas dizendo-se apartidários, em sua maioria verdadeiramente não eram militantes partidários, mas não percebiam que estavam fazendo parte de uma grande manobra política para legitimação do processo de impeachment que viria futuramente.

Situações essas proporcionadas pela inserção dos partidos políticos, ainda que veladamente, nos grupos sociais que deveriam ser livres e independentes, como um verdadeiro espaço de participação popular.

Hoje se constata no Brasil um incontável número de grupos sociais de pressão popular que empreendem nas coxias do poderio, sem identificação clara e precisa dos seus reais objetivos, sem qualquer regulamentação e o fundamental, sem qualquer responsabilização, justamente por atuar nos porões empoeirados – verdadeiros barganhadores.

Lamentavelmente isso afeta diretamente os direitos fundamentais constitucionais mais elementares, tais quais: a liberdade de expressão, de reunião, de associação e sindicalização, a liberdade política, etc..

Não se pode desconsiderar que o comportamento político representativo no Brasil, nada mais é que reflexo do comportamento do seu povo, que cotidianamente, em grande parcela, intenta obter vantagens particulares em detrimento do interesse coletivo.

As críticas que pairam neste ponto de vista da crise da democracia representativa devem ser encaradas com positividade, não para se intencionar o implante de uma democracia direta, pois seria inviável pelas dimensões continentais do Brasil, mas sim para promover uma maior aproximação entre representantes e representados, aperfeiçoando o sistema que está claramente deteriorado.

Inclusive para se repensar a alocação dos partidos políticos nessa engrenagem democrática. Afinal, estes deveriam compor o ciclo da ideologia política na sociedade, ponderando a composição do Estado e construindo espaços de democracia participativa.

Contudo, em sua maioria, tem servido para solidificação da política clientelista e para deterioração das bases de sustento da democracia, ocasionadas pela debilidade da representação partidária.

Aqui se impõe uma grande contradição, o brasileiro em sua maioria desacredita nas instituições democráticas de uma maneira geral, assim como tem descrédito em relação aos partidos políticos, mas por outro lado continua em situação de dominação política por esses mesmos condutores das instituições em que desacredita.

Um dos motivos para isso, segundo Castro (1997), estaria nos fatores socioeconômicos que influenciam diretamente no comportamento nas urnas, além dos fatores psicossociológicos,

como opiniões, atitudes e crenças. Sendo a dimensão socioeconômica o fator principal para alienação eleitoral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigou-se nesse breve ensaio científico, que a crise política, institucional e constitucional é uma realidade no Brasil e isso tem se refletido diretamente na vida do seu povo, onde o plano de manutenção do poder está à frente dos planos governamentais em prol da coletividade, contrariando a máxima da finalidade única do Estado – o bem comum.

Diante dessa desilusão com a representatividade política, a participação do cidadão nas decisões políticas está cada vez mais reduzida e o voto de uma grande parte da população ainda continua sendo facilmente manipulado.

Criam-se situações que levam sempre a dois lados, e o terceiro lado, livre e consciente, acaba esbarrando na alienação eleitoral para essas pessoas.

Assim, os pilares do Estado Democrático, a igualdade e a liberdade, objetos de lutas históricas, ficam subjugados a uma política clientelista que não garante uma vida digna àqueles cidadãos que buscam privilégios individuais e efêmeros.

Talvez seja esse o maior desafio da sociedade brasileira atual quando se fala em democracia: promover a autodeterminação política dos cidadãos, o que está intimamente ligado às condições socioeconômicas e notadamente o empoderamento social.

Nesse contexto foram propostos mecanismos que podem possibilitar uma melhor participação democrática, pelo menos no que dizem respeito a uma participação mais ativa nas decisões do país, perpassando por institutos legais da democracia semidireta inexistente na atual Constituição Federal, quais sejam: o recall e o veto popular.

Entretanto, nenhum instituto jurídico vivificará o processo democrático sem a verdadeira atuação livre e consciente do eleitor, sem manipulação, sem amarras, com autodeterminação política. E que, com essa apropriação de consciência cidadã, possa contribuir ativamente para o desenvolvimento do país.

Verificou-se ainda, para além da autonomia individual, que a confiança nas instituições democráticas é um forte medidor da maturidade democrática da nação, e que as atuações de tais instituições influenciam diretamente no processo democrático.

É indiscutível que a salvaguarda das competências constitucionais e principalmente a manutenção da independência entre os poderes da República é essencial para garantir a salutar governabilidade do Estado e é motor propulsor do equilíbrio constitucional e

consequentemente, razão indissociável da medida de confiabilidade do cidadão em seu governo.

Para reequilibrar esse sistema de *checks and balances* necessita-se de uma reforma constitucional, política e administrativa, para conter a desgastada ingerência de um poder no outro, sobretudo o Executivo intervindo politicamente na atuação dos outros poderes.

A partir dessas e outras premissas, percebeu-se que um possível caminho para conter a crise da democracia representativa seria proporcionar o fortalecimento da democracia participativa.

A consolidação da participação ativa do cidadão assegura o assenhoreamento dos bens públicos, auxiliando na resolução dos problemas fundamentais da sociedade.

E como afirmado, essa realidade não depende apenas de institutos jurídicos, mas precipuamente da convivência social consultiva e deliberativa, como as citadas participações em audiências públicas, nos conselhos municipais, nos orçamentos participativos, nas associações de bairros, e todas e quaisquer formas de participação do povo nas tomadas de decisões e implementação das políticas públicas.

A solução não é simples, não existe fórmula pronta para implante, à proporção que o cidadão é empoderado, ele percebe automaticamente que a democracia representativa não tem atendido satisfatoriamente as suas demandas, e esta consciência designa para novas formas de exercer a democracia.

Conclui-se que não há qualquer intenção de acabar com a democracia representativa, porém a participação direta do cidadão através dos multicitados meios deliberativos ministra um aumento da legitimidade da própria democracia representativa.

Inevitavelmente tais constatações escorreram para a necessidade de educar e garantir o mínimo existencial ao povo. A politização, a consciência e a atitude democrática só ocorrem a partir da educação, sem a qual o texto constitucional não passará de “letra morta”.

O Brasil encontra-se sedento por mudanças que permitam a ultrapassagem da crise política, econômica, social e ideológica que atravessa. O descrédito e enfraquecimento das instituições democráticas não podem trazer qualquer benefício para a sociedade.

Esse cenário político é fértil para cultivar políticas despóticas, seja pela manutenção do poder pela dominação de um único grupo político, seja pelo renascimento de figuras fascistas travestidas de salvadores da pátria.

Qualquer das opções é um atentado à democracia.

A solução está na reestruturação do Brasil, reformando a constituição para estabelecer mecanismos que impeçam que um poder se sobreponha sobre o outro.

É uma reforma geral: social, política, administrativa, tributária, judiciária, legislativa, enfim -, reelaborando todos os setores estruturais do Estado que estão solidificando a crise que se instalou, mas que não seja uma reestruturação pensada unilateralmente pelos representantes políticos, mas que seja verdadeiramente uma ação que consolide a partir do diálogo com a sociedade, exercendo a verdadeira democracia participativa.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e Monografias:

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Ícone Editora, 2007.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CAMBI, Eduardo. *Neoconstitucionalismo e Neoprocessualismo: Direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário*. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 31. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERREIRA, Rafael Freire. *Autodeterminação informativa e a privacidade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. “Bases institucionais do presidencialismo de coalizão”. Em: CHEIBUB, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Participação Política*. São Paulo: Nacional, 1983.

JESUS JUNIOR, Guilhardes de; FERREIRA, Rafael Freire. *Direito Ambiental: diálogos interdisciplinares*. Itabuna: A5 Editora, 2016.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. *O Estado de Direito e o Direito do Estado: outros escritos*. São Paulo: Lex, 2006.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de, 1689-1755. *Do espírito das leis*. São Paulo: Martin Claret, 2010.

NASSUNO, Marianne. *Burocracia e Participação: a experiência do orçamento participativo em Porto Alegre*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2000.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense, 1971.

PRADO, Ney. *Razões das virtudes e vícios da Constituição de 1988*. São Paulo: Inconfidentes, 1994.

Artigos em Revistas Científicas (impressa e/ou eletrônica):

ABRANCHES, Sergio. *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro*. Dados: Revista de Ciências Sociais, vol. 31, n. 1, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

BONAVIDES, Paulo. *Jurisdição constitucional e legitimidade*. [Consult. em 15/02/2017]. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a07v1851.pdf.

CASTRO, Mônica Mata Machado. *O Comportamento eleitoral no Brasil: diagnóstico e interpretação*. Teoria e Sociedade, Revista do Departamento de Ciência Política da Universidade de Minas Gerais, n. 1, 1997.

HARADA, Kiyoshi. *Critério de escolha dos ministros do STF*. Revista Consulex, Editora Consulex, ano X, nº 218. 5 fev. 2006.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *A ideologia do presidencialismo de coalizão*. In: Anais do IV Simpósio de Lutas Sociais na América Latina. Londrina, 2010, p. 62-71.

Legislação:

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*.

BRASIL. *Lei 9.709 de 18 de novembro de 1998*.